

Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895)

ADALBERTO JÚNIOR FERREIRA PAZ*

No dia 7 de junho de 1881, um navio que inspecionava os rios situados próximos à faixa territorial fronteiriça entre o Brasil e a Guiana Francesa, apreendeu uma embarcação à vela que transitava por aquelas águas, sob o argumento de que cumpria legítima fiscalização de interesses aduaneiros do império. Embora se tratasse de um fato relativamente incomum, não se pode dizer que foi meramente ocasional ou despropositado por pelo menos três motivos. Primeiro, o local onde ocorreu o evento era uma região politicamente neutra, sem possessão definida entre o Brasil e a França. Segundo, não obstante sua condição *sui generis*, ali eram desenvolvidas importantes e seculares atividades econômicas que integravam ambos os lados da fronteira, tais como a pesca, a criação de gado e a mineração de ouro, à revelia de fiscalização e tributos, justamente por conta das indefinições quanto à nacionalidade daquele território. Finalmente, a maneira como o caso chegou ao conhecimento das autoridades guianenses e brasileiras, isto é, a partir de uma inusitada denúncia do dono do barco apreendido.¹

Tais fatores – circunscrição nacional e política indeterminada, intensas e constantes atividades econômicas caracterizadas pela livre circulação de produtos e isentas de quaisquer taxas ou controle oficial, além da maneira como a população local utilizava a seu favor as possibilidades relacionadas àquela realidade – já há algum tempo eram motivo de certo incômodo para as autoridades tanto da província do Pará, quanto do governo central do Império. Além disso, temia-se, sobretudo, a incorporação da área pela França, pois, apesar de alheia aos domínios dos dois países, a eventualidade de tal conjuntura era projetada como uma “inaceitável perda” pelos dirigentes brasileiros, e por isso a presença de franceses entre o rio Amazonas e o rio Oiapoque estava sempre sob suspeição.

No entanto, o que era visto do alto das instâncias normativas e governamentais como palco de instabilidades, contrabando e outras ameaças, também era vivenciado e interpretado

* Doutorando em História Social na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

¹ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Cópia de ofício do governador da Guiana Francesa ao cônsul francês na província do Pará, em 27 de julho de 1881. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

por uma ampla multiplicidade de indivíduos – brasileiros, franceses, ingleses, garimpeiros, pescadores, seringueiros, escravos fugitivos, comerciantes, fazendeiros e aventureiros – como um importante espaço de autonomia sobre o qual se efetivavam constantes, fluidas e nem sempre amistosas interações, articulando interesses, alianças, contrapontos e consensos de acordo com as alternativas disponíveis a cada momento.

Assim, neste trabalho pretendemos analisar em que medida tais circunstâncias conformaram as relações entre tão variados grupos sociais e destes com as posições das classes dominantes, especialmente aquelas ligadas à administração dos aparelhos burocráticos, tendo em vista diferentes condições de trabalho, organização política e *status* legal, principalmente a partir das experiências de indivíduos que reconheciam e se utilizavam de instituições legalmente estabelecidas no Brasil e na Guiana Francesa, mas também viviam muito habilmente à margem delas – algumas vezes até criando as suas próprias –, no intuito de resguardar seus interesses em um cenário de importantes tensões imperialistas, no final do século XIX.

É o que podemos apreender, por exemplo, com base na atitude do proprietário da embarcação detida nas águas do chamado contestado franco-brasileiro, conforme citado no início do texto. Em ofício enviado pelo governador da Guiana Francesa ao seu consulado em Belém, consta que o Sr. Antônio Maciel – o qual, muito provavelmente, não era francês –, dono da canoa “Linda Sorte”, recorreu àquela autoridade para dar queixa do procedimento adotado pelo comandante do navio Sousa Franco, em nome da aduana imperial brasileira. Se considerarmos que a denúncia de Maciel contrariava a norma que seria protocolar uma queixa formal em órgão competente no Brasil, ao invés de Caiena, ganha força a hipótese de que sua intenção, na verdade, era a de causar um significativo embaraço diplomático entre as autoridades, o que de fato ocorreu. A questão tornou-se ainda mais delicada, em virtude de uma goleta de bandeira francesa também ter sido “visitada” pelo Sousa Franco na mesma região.

Não sabemos se Maciel conseguiu reaver sua embarcação, mas sua denúncia foi motivo de séria admoestação do governo de Caiena às autoridades do Brasil. Referindo-se explicitamente à detenção do Linda Sorte, o ofício citado lembrava que tais atitudes constituíam uma “violação das regras de neutralidade que as duas potências haviam se imposto” quanto ao território contestado. Já quase ao final, contudo, o documento revela que a

autoridade guianense estava atenta à possibilidade de que Maciel poderia estar distorcendo ou até mesmo inventando tal fato, uma vez que o governador declarava estar ansioso em “controlar a verdade e se apoiar em afirmações *mais autorizadas que a do queixoso*”.²

No centro de todo esse incidente certamente podemos situar a influência e controle que cada um dos países gostaria de exercer sobre as atividades econômicas e as riquezas disponíveis no contestado, pois, como afirmamos mais acima, o fato de ser uma região sob litígio não equivale a dizer que se tratava de um “vazio demográfico” ou mesmo uma área estagnada. Muito pelo contrário, estudos recentes sobre diferentes formas de trabalho livre e escravo, imigração e colonização na chamada Guiana Brasileira têm demonstrado uma importante e peculiar dinâmica econômica, cultural e populacional entre diversos grupos sociais, principalmente entre os séculos XVIII e XIX (GOMES, 2005).

Em virtude de vários fatores, dentre os quais se destaca a posição geográfica e a proximidade com fronteiras estrangeiras, desde o período colonial o extremo norte do país tem sido caracterizado pela intensa circulação de pessoas, produtos, ideias e experiências interligando o Brasil, sobretudo, ao Caribe e às Antilhas, além de outras possessões francesas, inglesas e holandesas na América do Sul.

O estabelecimento de um território politicamente neutro, desde o início do século XVIII, facilitou ainda mais a constituição de um espaço quase inteiramente apartado de normatização oficial, terreno propício para o surgimento de quilombos, mocambos e outras comunidades de fugitivos, desertores e aventureiros de toda sorte, os quais desafiavam não apenas as autoridades de todos os lados das fronteiras internacionais, mas também as próprias condições de reprodução do sistema econômico vigente.

Dessa forma, embora a maioria das imagens sobre a Amazônia – presentes em relatórios de governo, obras de viajantes, estudiosos e jornais ligados a diferentes segmentos políticos e econômicos regionais ou nacionais – frequentemente versem sobre uma região à margem da história, fora do alcance da civilização, enfim, abandonada (CUNHA, 1975), o que amiúde se reconhecia com significativa preocupação pelos governos era que se tratava de um local onde escravos, libertos, colonos, estrangeiros e imigrantes de outras partes do país

² Ibidem. (Itálico meu).

criavam e recriavam extensas e intrincadas redes de sociabilidade, combinando diversos tipos de interesses entre si, muitas vezes contrariando e ameaçando o *status quo* dominante.

Assim, em um relatório de 17 de novembro de 1875, o comandante da colônia militar Pedro II, localizada no rio Araguari,³ informava ao presidente do Pará, Francisco de Sá e Benevides, a existência de importantes fazendas no extremo norte da província. Segundo ele, havia pelo menos um grande criador de gado naquelas paragens, chamado Manoel João Maciel, o qual abastecia fazendas menores ao redor de uma vila chamada Amapá,⁴ de onde os bois eram comercializados diretamente com a cidade de Caiena, na Guiana Francesa. Sem detalhar como obteve tais informações, o comandante declara ainda que Maciel já teria negociado mais de 200 animais naquele ano. Demonstrando preocupação com o volume de negócios praticados e a falta de fiscalização, o militar perguntou se podia “pôr obstáculo à saída de gado, visto não pagarem os direitos”.⁵

Ao atentarmos para a recorrência do sobrenome Maciel atribuído ao proprietário da canoa Linda Sorte e ao fazendeiro mencionado acima, podemos conjecturar a existência de algum grau de parentesco e associação dos mesmos no desenvolvimento e diversificação das atividades econômicas na região contestada – neste caso, criação, comercialização e transporte de gado –, o que reforçaria a suposição de que a motivação da alfândega brasileira ao abordar e recolher aquela embarcação seria frear tais negociações transfronteiriças ou, pelo menos, intimidar os envolvidos.

Em contrapartida, também é possível dizer que a denúncia de Antônio Maciel, em Caiena, constituía uma resposta ao governo brasileiro, pois instigava uma delicada tensão diplomática visando inibir novas fiscalizações, apreensões, enfim, prejuízos, e manter as oportunidades criadas pela neutralidade do território. Em outras palavras, na intrincada relação entre leis e direitos (ou na ausência destes), os habitantes do contestado aprenderam que

³ O rio Araguari situa-se na porção central do atual estado do Amapá e era considerado um dos limites naturais da região contestada, juntamente com o rio Oiapoque, até que este fosse reconhecido como fronteira definitiva entre o Brasil e a Guiana Francesa após o arbitramento da autoridade suíça, certificado pelo Laudo de Berna no ano de 1900.

⁴ Embora a nomenclatura “Amapá” possa parecer anacrônica pelo fato desta região ter integrado a província e o estado do Pará até 1943, desde o século XIX os termos “Amapá” e “amapaense” eram utilizados tanto para designar a vila e seus moradores *stricto sensu*, quanto para se referir a toda a área e os que viviam entre o rio Amazonas e a vila do Amapá propriamente dita, incluindo suas adjacências.

⁵ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Barão de Cotegipe, em 26 de janeiro de 1876. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

acionando a rivalidade entre dois litigantes poderiam obter um momentâneo, mas valioso, aliado.

Uma questão a ser considerada, então, é o quanto esses habitantes dimensionavam as particularidades da sua condição política e as perspectivas decorrentes dessa realidade. Nesse aspecto, o próprio comandante da colônia militar Pedro II afirmou: “o Amapá é uma pequena república”, segundo ele, governada por um capitão eleito entre os moradores, basicamente, desertores e escravos fugitivos. Estes últimos, em sua maior parte, estariam reunidos em outra vila chamada Cunani, “aonde existe um mocambo bastante povoado”, e cujo capitão era um pardo que havia fugido de Cameté, chamado Trajano.

Desse modo, um diálogo entre o comandante da colônia Pedro II e Trajano, capitão do Cunani, nos informa bastante sobre as condições encontradas no contestado franco-brasileiro no final do século XIX, e a ideia que seus habitantes faziam dessa posição. Em 1874, nas palavras do chefe militar, o líder do maior mocambo do Amapá havia lhe feito uma visita para saber “se no caso de haver algum conflito, sendo por ele [Trajano] pedido, eu lhe podia prestar alguma força”, ao que teria respondido “que sem ter autorização do governo não o podia fazer, visto ser o Amapá um território neutro”.⁶ À parte os significados em torno da atitude de um escravo fugitivo ir sondar os posicionamentos de um preposto do Exército brasileiro; a resposta obtida em tom de indiferença não deve ter decepcionado Trajano e seus pares. Pelo contrário, certificou-os da ampla autonomia que possuíam no contestado. A menos que levemos a sério a ideia de que Trajano realmente estava em busca de algum apoio de autoridades brasileiras, para o que fosse.

Partindo de uma perspectiva mais ampla, podemos situar algumas das questões acerca da dinâmica política, econômica e populacional no contestado como estando intimamente relacionada aos temas debatidos na imprensa paraense, a partir de 1870, sobre qual seria a melhor forma de colonizar a extensa área pertencente à província e, ao mesmo tempo, dinamizar o mercado interno, reorganizando o mercado de trabalho dentro de parâmetros aceitáveis pelos proprietários e demais setores da elite regional (QUEIROZ, 2001:116). Os jornais *Diário de Belém* e o *Diário do Gram-Pará* buscavam definir qual deveria ser o esteio da economia paraense: a instalação de colônias agrícolas ou o incentivo maior ao

⁶ Ibidem.

extrativismo. Também era avaliado qual seria o trabalhador ideal para as particularidades amazônicas, tendo como opção o imigrante europeu ou nordestino, mais especificamente o cearense.

Aqueles que criticavam o estímulo à imigração estrangeira diziam que a agricultura no Pará não era competitiva o suficiente, perante outras regiões do país, para atrair esse tipo de mão-de-obra. Além disso, poderiam ocorrer dificuldades de adaptabilidade em relação ao clima nortista, e havia mesmo quem duvidasse do caráter e aptidão do europeu para o trabalho com a terra. Por outro lado, o Diário de Belém afirmava que a grande seca que atingia o Ceará em 1877 era uma “oportunidade” para que o governo paraense incentivasse a vinda de famílias daquela região, as quais deveriam ser empregadas na agricultura, e não na extração da borracha, como forma de incentivar a produção de alimentos na província (QUEIROZ, 2001:98). Apesar de todas as divergências, havia um consenso de que o governo imperial deveria dar mais atenção – e recursos – às províncias da Amazônia, uma vez que as riquezas geradas pelo Norte estariam servindo, prioritariamente, ao desenvolvimento de áreas na região Sul e Sudeste.

As críticas ao extrativismo nortista quase sempre colocavam como seu exato contraponto o estabelecimento de uma “civilização agrícola” na Amazônia. Nesse sentido, o nomadismo das atividades ligadas à obtenção dos produtos florestais era bastante atacado como moralmente negativo, desagregador e propenso à disseminação da pobreza e dos maus costumes, prejudicando ainda a regularidade do abastecimento, devido à escassez na produção de gêneros alimentícios. A agricultura, por sua vez, “é tomada como um sinal da chegada da civilização e indicador do estabelecimento de uma qualidade nova na relação do homem com o meio” (OLIVEIRA FILHO, 1979:115).

De qualquer forma, ao norte da foz do rio Amazonas o extrativismo era predominante. Nas cercanias das vilas de Macapá e Mazagão, às margens dos rios Jari, Cajari, Maracá, Ajuruxi, Vila Nova, Matapi e Amapari, havia milhares de seringueiras e castanheiras que ocupavam a maioria da população de forma intercalada ao longo do ano. Durante o período das chuvas – entre os meses de janeiro a abril – os trabalhadores apanhavam as castanhas nos médios e altos cursos dos rios; e na estiagem – entre os meses de setembro a dezembro – dedicavam-se à extração do látex das seringueiras, nos baixos cursos. Nos meses

intermediários – maio a agosto – coletavam sementes oleaginosas como murumuru, ucuuba, andiroba, patoá, copaíba, etc. (GUERRA, 1954:190-91; 226-294).

Após a coleta dos produtos, os trabalhadores negociavam-nos com o *seringalista* (no caso da borracha) ou com o *barracão* (casa de comércio situada estrategicamente nos pontos de parada obrigatória das cachoeiras ou bocas dos rios) no caso das castanhas. Porém, na prática, os barracões negociavam também vários outros produtos trazidos pelos caboclos, como por exemplo, peles, farinha e o látex.

Tanto os barracões quanto os seringalistas negociavam com os produtores diretos por meio do sistema de aviamento. Esse sistema consistia no repasse antecipado de mercadorias ou ferramentas, em forma de crédito, aos produtores. Estes, por sua vez, tinham o valor do seu débito compulsoriamente abatido de acordo com a quantidade de produto entregue aos barracões ou para o seringalista. Porém, como o valor das mercadorias e ferramentas era sempre muito superior ao valor pago pela castanha ou látex, os coletores acabavam contraindo uma dívida impagável com seus credores ou patrões.

O interessante é que, mesmo quando a Amazônia passou a se destacar no mercado mundial, especialmente na sua fase áurea com o *boom* da borracha, essa economia quase não modificou as suas formas e relações de produção e troca, estabelecidos desde a era colonial para a exploração de outros produtos como o cacau, óleos e madeiras (WEINSTEIN, 1993:30-31). O que mudou fundamentalmente a partir do século XIX foi a complexidade e sofisticação das redes de relações comerciais, integrando principalmente as cidades de Belém e Manaus ao restante do mundo.

Distantes – embora nem tanto – da restrita opulência daqueles grandes centros amazônidas, boa parte das populações ocupadas nas atividades extrativas vivia em um movimento constante de dispersão e reagrupamento, através de sucessivas migrações sazonais entre as vilas e seus locais de trabalho nas margens dos rios, igarapés e mata adentro. Em 1872, quando visitou o rio Jari, Ferreira Penna constatou que para lá seguiam, todo verão, cerca de 5 mil pessoas. No mesmo período do ano, segundo ele, Mazagão mantinha em sua sede apenas um sexto dos 600 moradores regulares, enquanto Macapá tinha sua população reduzida em média de 800 para 600 ou 500 habitantes. (PENNA, 1874:7; 16-17).

Já na região do contestado franco-brasileiro, entre os rios Amapá, Aporema, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Oiapoque, as atividades mais importantes eram a garimpagem

do ouro e a criação e comercialização de gado. Ambas tratadas como “clandestinas” pelas autoridades brasileiras, principalmente porque tais produtos eram escoados diretamente para a Guiana Francesa, estreitando as relações entre aquelas regiões e, o que mais incomodava aos dirigentes nacionais: livres de qualquer taxaço sobre mercadorias, proprietários e comerciantes.

Quanto ao comportamento dos habitantes na Guiana brasileira, Ferreira Penna registrou suas impressões sobre o indivíduo comum, afirmando que o mesmo mantinha um “indiferentismo para tudo quanto não seja de imediata utilidade a seu negócio e a sua família. A instrução e a sociedade, a civilização e a religião, pátria e Deus são objetos que desde então o não incomodam mais!” (PENNA, 1874:27). Embora o autor atribua essa discutível apatia ao isolamento característico de alguns tipos de trabalhos como a extração do látex e a coleta da castanha, o que se percebe é que seu ponto de vista refletia abertamente uma espécie de “mundo ideal” ambicionado pelas elites políticas no século XIX, no qual noções de cidadania, nacionalidade e nacionalismo seriam aceitos e defendidos pelos subalternos como uma condição naturalmente imposta pelo nascimento em determinado estado-nação.

Entretanto, para a população do contestado, ocupar um espaço sob litígio possibilitou a construção de uma concepção de cidadania vinculada a vantagens e direitos efetivos, ao invés de meramente formais, pois, a experiência de habitar um local passível de pertencer tanto ao Brasil quanto a França permitia a eles comparar as respectivas instituições, benefícios, obrigações e formas de tratamento apresentados por cada um daqueles países às suas demandas e necessidades específicas. Tal postura era do conhecimento das autoridades brasileiras, conforme ofício enviado em 15 de agosto de 1885, pelo comandante da colônia Pedro II ao governador da província do Pará, no qual o militar relata ter ouvido de alguns moradores do rio Aporema que o contestado deveria “pertencer aos franceses porque, pertencendo a eles, [a sua localidade] será uma povoação e terão doutores, farmacêuticos, padres e mais tudo que fosse preciso para o seu bem-estar”.⁷

O que poderia ser interpretado como simples anseio ou uma acusação de abandono e negligência, na verdade possuía embasamento em um movimento que se tornava cada vez

⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Ofício do comandante da colônia militar Pedro II, Major Francisco Joaquim de Almeida Costa, ao governador da província do Pará, Carlos Augusto de Carvalho, em 15 de agosto de 1885. Secretaria da Presidência da Província do Pará, caixa 419, 1885-1886.

mais notável e constante, ou seja, as sucessivas incursões de expedições francesas atravessando o Oiapoque em direção às vilas amapaenses. É o que se pode notar através de uma série de correspondências iniciada com um ofício da presidência do Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 24 de setembro de 1883, informando que um jornal da vila de Vigia – um posto fiscal próximo a Belém – havia noticiado a presença de engenheiros, médicos e dois padres franceses no contestado.⁸ Através dos ofícios e relatórios seguintes relacionados a essa notícia, podemos entender melhor algumas das impressões e atitudes dos envolvidos, assim como os caminhos percorridos pelas autoridades no intuito de apurar essa situação.

Dessa maneira, naquele mesmo documento o chefe do executivo paraense afirmava ter incumbido um juiz de ir a Vigia para confirmar ou não a notícia e colher maiores informações. Também declarou que solicitara “toda a atenção” que o caso requeria ao comandante da colônia militar Pedro II, e em Macapá havia alertado ao juiz e ao comandante da fortaleza de São José. No ensejo, o presidente solicitava uma reação do governo central, através do envio à colônia militar de “um padre, um médico, um professor e uma professora, brasileiros”, a fim de diminuir a influência francesa que estaria suprindo essa carência no contestado, insinuando-se “no espírito da população”.

É provável que a decisão de enviar um juiz a Vigia não se restringisse somente ao fato da notícia mencionada ter sido publicada por um jornal local. Enquanto posto alfandegário, Vigia era frequentada por muitos comerciantes e viajantes de vários locais da província, os quais certamente levavam e traziam informações e ideias, além das mercadorias. Desse modo, no relatório do juiz Francisco Pereira, escrito apenas um dia após ter saído em sua missão, consta que o mesmo conversou com “pessoas gradas e circunspectas” e obteve de dois comerciantes de peixes recém-chegados do contestado, a informação de que a vila de Cunani, seria composta de escravos fugidos e desertores do Exército e da Armada, “cujo quilombo (a que eles chamam *village*)” possuía cerca de quinhentas almas e regimento de polícia. Na *village du Amapá*, como era chamada segundo Pereira, haveria uma capela coberta de palha na qual um padre francês batizava há tempos. Este mesmo padre, aliás, teria visitado

⁸ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 24 de setembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

Vigia no mês de julho e “conversado longamente” com o vigário local, solicitando imagens de santos e óleos, a fim de celebrar os sacramentos.⁹

Em outra oportunidade, o mesmo juiz reafirmou que no contestado existiam três importantes povoados (Cassiporé, Cunani e Amapá) compostos, “em sua maioria, por brasileiros – escravos fugidos e desertores – com os quais convivem alguns forasteiros, comerciantes regatões brasileiros e franceses de Caiena”. Ao final, alertava que em Cunani teria sido criada uma “capitania do porto”, onde era feita cobrança de multa e até prisão dos navegantes que se dirigiam ao território francês e não possuíam um passe concedido naquela vila.¹⁰

Nesse sentido, o cenário descrito pelas autoridades paraenses acerca da situação encontrada no extremo norte da província, na década de 1880, era o seguinte. De um lado, quilombolas, comerciantes, fazendeiros, garimpeiros e outros personagens à margem da censura e regulamentação legal de ambos os países, se reunindo para criar e administrar um conjunto de regras próprias e que, ao invés de se submeter, estavam aplicando sanções e penalidades de acordo com as suas conveniências. Por outro, a constante ameaça de ocupação francesa, representada pela presença de funcionários civis e eclesiásticos – engenheiros, professores, médicos, naturalistas e padres – esquadrinhando o espaço, instruindo em língua estrangeira, assistindo aos doentes, recolhendo informações geomorfológicas, batizando e através disto tornando cidadãos franceses os habitantes da região contestada.

Tratando-se de documentos de origem diplomática, é previsível que o principal tema abordado pelas correspondências seja o da ameaça imperialista francesa e, mesmo quando outros indivíduos são mencionados, a intenção quase sempre era reforçar aquele argumento oficial. Como no ofício do dia 3 de novembro de 1883, em que o presidente do Pará remeteu ao ministro Francisco de Carvalho Soares Brandão, um recorte do jornal Liberal do Pará no

⁹ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 27 de setembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

¹⁰ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 19 de outubro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

qual constava a notícia de que os franceses haviam chegado ao Cunani e feito “os negros fugidos e desertores, que ali se acham, jurarem bandeira, declarando-se cidadãos franceses”.¹¹

Contraditoriamente, porém, a mesma edição do jornal publicava trechos de uma suposta carta enviada por um comerciante, datada de 22 de agosto, na qual o remetente prometia copiar e enviar a ata de uma “eleição feita pelos pretos, para v. ver os escravos que tem aqui”. Desse modo, ao invés de nos restringirmos aos condicionamentos das fontes que pretendiam informar que negros fugidos e desertores estavam servindo como “peões” no tabuleiro da diplomacia entre Brasil e França, supostamente deixando-se naturalizar, batizar e educar pelos franceses, interessa entender qual a importância atribuída a esses atos pelos próprios moradores do contestado, ou seja, o que os teria motivado a criar instituições de fiscalização e pedágio restringindo a navegação para a Guiana Francesa, e o que representava para aquela população uma “eleição feita pelos pretos” no Cunani.

Uma edição do jornal *Diário de Belém*, de janeiro de 1884, nos fornece mais pistas sobre o que teria sido essa eleição. Segundo o periódico, o quilombo de Cunani – “conhecido desde largos anos” – habitado por escravos fugidos de Macapá, Vigia, Cintra e Belém, tinha sido elevado a categoria de “colônia, com autoridades constituídas em nome da república francesa”. Reproduzindo informações publicadas pelo jornal *Liberal de Vigia*, o *Diário de Belém* revelou os nomes dos ocupantes dos cargos do suposto Estado de Cunani:

*Trajano (escravo de Raymundo Alves), capitão; Emílio Bazini, oficial destacado; João Pinto (escravo de José Alves Dias), 2º oficial; Serafim (escravo do Tenente-Coronel Barbosa de Lima), anspeçada; Manoel Joaquim, M. dos Santos e Germano (livres), praças; Pedro de Souza (escravo de Cassiano Alvares), maire da vila; Lourenço Palha (escravo do capitão Moura Palha), fiscal; Quintino Maciel (escravo da orphã d. Maria da Glória, de S. Caeatano), juiz de paz; Cyriaco (escravo de Raymundo de Souza), capitão do porto.*¹²

¹¹ AHI. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 3 de novembro de 1883. Correspondências, Pará 1876 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-8.

¹² AHI. *Diário de Belém*. 20/01/1884, anexo ao ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 28 de janeiro de 1884. Correspondências, Pará 1884 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-7. O principal assunto deste ofício era uma notícia sobre o dilaceramento de uma bandeira do Brasil durante uma festa promovida por franceses na vila do Amapá. Além desse, foram expedidos ofícios sobre o mesmo assunto nos dias 11 de fevereiro, 22 de abril e 10 de maio. O primeiro documento informava reticentemente o caso (através de recortes dos jornais *Diário do Gram-Pará*, *Diário de Belém*, *Liberal do Pará* e *Província do Pará*), o segundo e terceiro ofícios diziam tratar-se apenas de um boato, enquanto o último – quase quatro meses depois – confirmava o ocorrido.

Nomeados ou não pelo governo francês, o fato é que o Cunani possuía um corpo burocrático composto em sua maioria por escravos que haviam encontrado refúgio seguro no contestado, embora seus senhores fossem todos conhecidos, e seria razoável supor que essa população sabia reconhecer muito bem as oportunidades que o litígio entre a França e o Brasil proporcionava a eles. Estamos, portanto, muito distantes dos argumentos que preconizam as ações dos subalternos como resultado das oportunidades “oferecidas” pelas elites, principalmente em momentos de dissenção social ou política entre os dominantes (ANDRADE, 1998-199:78-80).

A tese de que as manifestações políticas com efetiva participação popular eram oportunizadas, manipuladas ou instrumentalizadas pelas classes dominantes já era profundamente influente no pensamento historiográfico paraense desde o final do século XIX, com a publicação de uma grande obra escrita por Domingos Antônio Raiol em cinco volumes, entre os anos de 1865 e 1890. Seu argumento principal é o de que a Cabanagem, e outras revoltas ocorridas entre 1820 e 1835, teria sido um nefasto resultado das disputas políticas envolvendo os partidos Liberal e Conservador no Pará. Segundo o autor, essas intrigas teriam enfraquecido a autoridade governamental, abrindo espaço para a insurreição das classes populares insufladas pelos próprios membros da elite paraense (RAIOL, 1970).¹³

Nos final dos anos 1940, Arthur Cezar Ferreira Reis seguiu argumento parecido ao analisar a chamada “República de Cunani”. Através de extensa pesquisa no Arquivo Público do Estado do Pará e no Arquivo Histórico do Itamaraty (embora não referencie suas fontes detalhadamente na maioria dos seus trabalhos), o autor concluiu que a proclamação do que ele chamou de “pseudo Estado” teria sido uma estratégia do romancista Jules Gros, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, para obter lucros com a venda do Cunani a França. Mas, diante do escândalo e ridicularização do caso, o governo francês teria oficialmente extinto aquela república em 2 de setembro de 1887 (REIS, 1949). A população do contestado, então, teria sido enganada com promessas de autonomia e liberdade, por um simples charlatão oportunista.

¹³ A partir de 1980, contudo, diversos estudos passaram a criticar o caráter elitista das análises baseadas nesse tipo de interpretação, buscando entender melhor as motivações especificamente populares daquele movimento. Cf. SALLES, 1992.

Assim, durante muitas décadas a historiografia sobre a Amazônia utilizou as fontes oficiais para consolidar o argumento sobre o protagonismo do estado e seus agentes na região, e todos os males decorrentes da má administração ou mesmo ausência daqueles elementos. O próprio Arthur Reis não escondia o ufanismo com que utilizava a documentação, menosprezando qualquer existência tida por ele como inferior aos grandes indivíduos ou grupos responsáveis pela condução da marcha histórica no período analisado.¹⁴ No entanto, pesquisas como as de Ciro Flamarion Cardoso, demonstraram o quanto as análises apoiadas nos pressupostos de Reis estavam distorcidas e equivocadas, mesmo em relação à eficiência das diretrizes econômicas estabelecidas para o norte da América portuguesa, especificamente o Pará (CARDOSO, 1984).

Para citar apenas um importante exemplo sobre os avanços que as recentes pesquisas em história social – e um novo posicionamento diante das fontes oficiais – têm possibilitado acerca das complexidades dos grupos e identidades amazônicas, basta mencionarmos a inflexão dos estudos sobre a presença negra na Amazônia, antes vista como insignificante ou quase inexistente. Trabalhos pioneiros como o de Vicente Salles (SALLES, 1971) e o inventário de fontes realizado por Anaíza Vergolino-Henry e Arthur Napoleão Figueiredo (VERGOLINO-HENRY; FIGUEIREDO, 1990) no Arquivo Público do Pará, modificaram profundamente a perspectiva existente sobre escravidão e resistência negra naquela região, enquanto outras análises ampliaram a noção de agenciamento político, redes de contado e circulação de ideias e experiências entre quilombolas, índios e demais fugitivos, em meio a rios e fronteiras internacionais. (GOMES, 1999).

Apesar da extinção da “República de Cunani”, haveria outra tentativa de estabelecer um governo autoproclamado e administrado por mandatários locais, desta vez após a instalação do regime republicano no Brasil. Neste caso, tratava-se de um triunvirato composto por brasileiros, supostamente eleito pelos habitantes da vila do Espírito Santo do Amapá, em dezembro de 1894.¹⁵ No ano seguinte, um sangrento conflito entre uma expedição vinda da Guiana Francesa e os habitantes do Amapá, acabou tendo dois efeitos imediatos. Precipitou a

¹⁴ Para uma análise sobre a importância da obra deste autor na historiografia amazônica, ver LOBATO, 2009.

¹⁵ “Acta da 1ª sessão, que teve lugar na sala da Capitania para tratar-se da nova forma de Governo que deve de hoje em diante dirigir os destinos do Território do Amapá”, apud REIS, 1949, p. 137.

criação de uma comissão entre o Brasil e a França para a resolução definitiva sobre o domínio do contestado, e criou o mito em torno de um “herói nacionalista” chamado Cabralzinho.

Este último episódio revela bem o quanto os argumentos historiográficos podem variar, de acordo com as intenções e questionamentos de quem os utiliza, pois, enquanto Arthur Cezar Ferreira Reis considerou Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, “a alma do movimento de resistência à agressão francesa de 15 de maio de 1895” e “defensor da integridade territorial da pátria”, Jonas Queiroz, através dos mesmos tipos de documentos consultados por Reis, verificou a obscuridade quanto às origens e intenções daquele personagem, tido como um dos fundadores do Partido Republicano Democrata em Belém, o qual fazia oposição ao Partido Republicano Federal à frente do governo paraense naqueles anos (QUEIROZ; COELHO, 2001), (FARIAS; SILVA, 2011).

Após situar as conveniências políticas relacionadas a afirmação de Cabralzinho como herói patriota, tendo em vista as vicissitudes e dificuldades do governo republicano recém-instaurado no país, Queiroz pondera sobre o tipo de governo conduzido por Francisco Cabral no Amapá, citando um documento arquivado no Itamaraty que Arthur Reis provavelmente conhecia, mas preferiu omitir em sua obra. Trata-se do relatório datado de 19 de outubro de 1895, elaborado pelo diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnographia, Emílio Goeldi, depois de visitar a vila do Amapá, palco do conflito com a expedição militar guianense. Embora lamente não tenha ter podido conhecer Cabral mais de perto, por este ter embarcado em uma viagem logo após a chegada do diretor, Goeldi notou que “a gente da sua roda [era] uma oligarchia de capangas [...]. A população vive debaixo de uma tyrannia nojenta e percebi desde as primeiras horas syntomas serios de descontentamento, de opposição”.¹⁶

As palavras de Emílio Goeldi apontavam para uma indisfarçável tensão entre os diferentes grupos do contestado franco-brasileiro, muito além das polaridades representadas pelas autoridades do Brasil, França e Guiana Francesa. Entender melhor as especificidades daqueles interesses e suas diversas manifestações são alguns dos desafios à atual pesquisa em andamento.

¹⁶ AHI. Exposição sumária da viagem realizada ao território contestado franco-brasileiro pelo Museu Paraense de História Natural e Etnographia. Documentação Rio Branco, parte III, Códice 340-2-3.

BIBLIOGRAFIA

ALDABALDE, Taiguara Villela. *A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889)*. Dissertação de Mestrado em História-USP, São Paulo, 2010.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas*. *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999).

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. *Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/Universidade federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

CUNHA, Euclides da. *À margem da História*. São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

FARIAS, William Gaia; SILVA, Raimundo Nonato da. “Veiga Cabral e os jogos políticos na transição da monarquia a república”. In: AMARAL, Alexandre; OLIVEIRA, Augusto;

SANTOS, Dorival; CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney (Orgs.). *Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá*. Belém: Açai, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira”. In: Idem. *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira*. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LOBATO, Sidney da Silva. “Lições de história da Amazônia: a obra de Arthur Cezar Ferreira Reis”. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (Orgs.). *Amazônia, Amapá, escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cesar. *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio dos Santos. *Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)*. Lusotopie, 2002/1.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do próspero mundo novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de doutorado em História-USP, São Paulo, 2005.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos – ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3 vols.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá: Perfil Histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: Cejup, 1992.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.